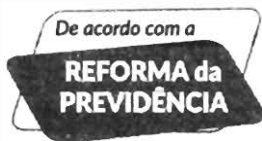


MATHEUS CARVALHO

MANUAL DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO



7^a | revista
Edição | atualizada
ampliada

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br


SUMÁRIO

Capítulo 1


INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	33
1. Conceito de Estado	33
1.1. Poderes do Estado	34
2. Governo X Estado	35
3. Administração Pública	35
4. Direito Administrativo	37
4.1. Conceito	37
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	39
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	41
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	41
5.1. Competência para legislar	45
6. Interpretação do Direito Administrativo	45
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	46
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	47
8.1. Sistema administrativo brasileiro	48
9. Relação com outros ramos do Direito	49
10. Regime Jurídico Administrativo	50
11. Constitucionalização do direito administrativo	51
12. Quadro Sinóptico	52
13. Súmulas	57
13.1. Súmulas do STF	57
14. Jurisprudências 2017/2018/2019	57
15. Questões de concursos	58

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	61
1. Definição	61
1.1. Princípios e regras	62
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o privado	64
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	67
2. Princípios de Direito Administrativo	68
2.1. Princípio da Legalidade	68
2.2. Princípio da Impessoalidade	72
2.2.1. Princípio da intranscendência	75
2.3. Princípio da Moralidade	75
2.4. Princípio da Publicidade	76
2.5. Princípio da Eficiência	80
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	81


2.7. Princípio da Continuidade.....	85
2.8. Princípio da Autotutela.....	91
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	92
 Vídeo.....	94
2.10. Princípio da Proporcionalidade.....	94
2.11. Princípio da Motivação.....	95
2.12. Isonomia.....	97
2.13. Finalidade.....	99
2.14. Especialidade.....	100
2.15. Segurança jurídica.....	101
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	103
3. Dever de observância dos princípios.....	105
4. Quadro Sinóptico.....	105
5. Súmulas.....	113
5.1. Súmulas do STF.....	113
5.2. Súmulas do STJ.....	114
6. Jurisprudências 2018/2019.....	114
6.1. Informativos do STJ e STF.....	114
7. Questões de concursos.....	115

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS.....	123
1. Introdução.....	123
1.1. Uso e abuso de poder.....	124
2. Discricionariedade e vinculação.....	125
2.1. Poder Vinculado.....	126
2.2. Poder Discricionário.....	126
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	128
4. Poderes administrativos.....	128
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	129
4.1.1. Regulamentos.....	129
4.1.2. Espécies de Regulamentos.....	130
4.1.3. Consulta pública.....	132
4.2. Poder Hierárquico.....	132
4.3. Poder Disciplinar.....	135
4.4. Poder de Polícia.....	137
 Vídeo.....	139
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária.....	139
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	139
4.4.3. Natureza dos atos de polícia.....	140
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	141
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	142
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia.....	143


4.4.6. Prescrição das sanções de polícia.....	144
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas.....	146
5. Quadro Sinóptico.....	150
6. Súmulas.....	153
6.1. Súmulas do STF.....	153
6.2. Súmulas do STJ.....	154
7. Jurisprudências 2018/2019.....	154
7.1. Informativos do STJ.....	155
8. Questões de Concursos.....	156


Capítulo 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	163
1. Introdução.....	163
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa.....	164
2. Prestação da atividade pública.....	165
2.1. Descentralização X Desconcentração.....	167
2.2. Espécies de descentralização.....	167
3. Administração direta.....	168
3.1. Órgãos públicos.....	169
3.1.1. Classificação de órgãos.....	172
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão.....	174
4. Administração Indireta.....	175
4.1. Entes da Administração Indireta.....	176
4.1.1. Características gerais.....	177
5. Autarquias.....	180
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias.....	181
5.2. Autarquias profissionais.....	191
5.3. Autarquias territoriais.....	195
5.4. Autarquias em regime especial.....	195
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas.....	195
5.4.2. Agências reguladoras.....	196
 Vídeo.....	196
5.4.2.1. Regime especial.....	197
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios.....	199
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle.....	201
5.4.2.4. Espécies de Agências reguladoras.....	202
5.4.2.5. Regime de pessoal.....	203
5.4.2.6. Licitação.....	204
5.4.2.7. Teoria da captura.....	205
5.5. Agências Executivas.....	205
6. Fundações Públicas.....	207
6.1. Natureza jurídica.....	208

6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	210
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	211
7. Empresas estatais	214
7.1. Finalidades das empresas estatais	216
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	217
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	228
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	229
7.4.1. Requisitos de transparência.....	230
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	231
7.5. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais	232
7.6. Controle das entidades.....	232
8. Aprofundamento para provas subjetivas	233
9. Quadro Sinóptico	235
10. Súmulas	249
10.1. Súmulas do STF	249
10.2. Súmulas do STJ	249
10.3. Súmulas do TST	250
11. Jurisprudências 2018/2019	250
11.1. Informativos dos STJ	251
11.2. Informativos do STF.....	251
12. Questões de Concursos	253



Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	261
1. Atos jurídicos	261
2. Atos administrativos X Atos da administração	262
3. Ato administrativo	264
3.1. Conceito.....	264
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	266
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	268
4.1. Competência.....	269
4.1.1. Características da competência administrativa	270
4.2. Finalidade	274
4.3. Forma	277
4.3.1. Silêncio Administrativo	278
4.3.2. Vício no elemento forma.....	280
4.4. Motivo.....	281
4.4.1. Motivo e motivação.....	283
 Vídeo.....	286
4.5. Objeto	287
4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	288
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	289
6. Atributos do ato administrativo.....	291

6.1.	Presunção de veracidade.....	291
6.2.	Presunção de legitimidade.....	292
6.3.	Imperatividade.....	292
6.4.	Exigibilidade.....	293
6.5.	Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	293
6.6.	Tipicidade.....	294
7.	Fases de constituição do ato administrativo.....	294
7.1.	A perfeição.....	295
7.2.	A validade.....	295
7.3.	A eficácia.....	295
7.3.1.	Elementos acidentais do ato administrativo.....	297
7.3.1.1.	Condição.....	297
7.3.1.2.	Termo.....	298
7.3.1.3.	Encargo.....	298
7.4.	Atos após a formação.....	298
8.	Classificação dos atos administrativos.....	299
8.1.	Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários.....	299
8.2.	Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	299
8.3.	Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais.....	301
8.4.	Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	301
8.5.	Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos.....	302
8.6.	Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios.....	302
8.7.	Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos.....	302
8.8.	Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos.....	303
9.	Espécies de atos administrativos.....	303
9.1.	Atos normativos.....	303
9.2.	Atos ordinatórios.....	305
9.3.	Atos negociais.....	306
9.4.	Atos enunciativos.....	311
9.5.	Atos punitivos.....	313
10.	Extinção dos atos administrativos.....	313
10.1.	Extinção natural.....	313
10.2.	Renúncia.....	314
10.3.	Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai.....	314
10.4.	Retirada.....	314
10.4.1.	Anulação.....	315
10.4.2.	Revogação.....	319
10.4.3.	Cassação.....	320
10.4.4.	Caducidade.....	320
	Vídeo.....	320
10.4.5.	Contraposição (derrubada).....	321


11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	321
12. Quadro Sinóptico	325
13. Súmulas	343
13.1. Súmulas do STF	343
13.2. Súmulas do STJ	344
14. Jurisprudências 2018/2019	344
14.1. Informativos do STF	345
15. Questões de concursos	346

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	353
1. Fundamento da responsabilidade	353
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	354
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88	356
3.1. Agentes da responsabilidade civil:	357
3.2. Responsabilidade Objetiva	359
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	361
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	363
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado)	364
 Vídeo	366
3.4. Indenização	366
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	367
3.6. Responsabilidade do Agente Público	368
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público	371
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	373
3.7. Prazo prescricional	374
3.8. Responsabilidade por obra pública	375
4. Responsabilidade por atos legislativos	377
4.1. Leis de efeitos concretos	377
4.2. Leis em sentido formal e material	377
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais	378
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (lei anticorrupção) ...	379
 Vídeo	380
6.1. Responsabilidade administrativa	381
6.2. Processo administrativo	382
6.3. Responsabilidade judicial	383
7. Aprofundamento para provas discursivas	384
8. Quadro Sinóptico	386
9. Súmulas	392
9.1. Súmulas do STF	392
9.2. Súmulas do STJ	392
10. Jurisprudências 2018/2019	392



10.1. Informativos do STJ e STF	393
11. Questões de Concursos	393

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	401
1. Introdução	401
2. Conceito	402
3. Classificação	403
4. Controle Administrativo	407
4.1. Provocação da Administração Pública	410
4.2. Recursos administrativos	411
4.3. Órgãos internos de controle	412
5. Controle Legislativo	415
5.1. Controle Parlamentar Direto	415
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas	416
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	417
6. Controle judicial	419
6.1. Ações judiciais	420
6.1.1. Mandado de Segurança	421
 Vídeo	424
6.1.2. Ação Popular	424
6.1.3. <i>Habeas Data</i>	426
6.1.4. Ação civil pública	427
6.1.5. Mandado de Injunção	428
6.1.6. Demais ações	430
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	430
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	431
8. Quadro Sinóptico	432
9. Súmulas	446
9.1. Súmulas do STF	446
9.2. Súmulas do STJ	447
10. Jurisprudências 2018/2019	447
10.1. Informativo do STJ	447
10.2. Informativos do STF	448
11. Questões de Concursos	449



Capítulo 8

LICITAÇÃO	455
1. Conceito	455
2. Competência para legislar	456
3. Finalidades do procedimento licitatório	457
4. Princípios norteadores da licitação	458
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	458
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo	459

4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	459
4.4. Princípio do Procedimento Formal	460
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	460
4.6. Princípio da isonomia	460
5. Tipos de Licitação	461
6. Desempate na licitação.....	462
7. Quem deve licitar.....	463
8. Intervalo mínimo	465
9. Comissão	466
10. Modalidades Licitatórias	468
10.1. Concorrência	470
10.2. Tomada de preços	472
10.2.1. Cadastro de interessados.....	473
10.3. Convite.....	474
10.4. Concurso	475
10.5. Leilão.....	476
10.6. Pregão.....	478
10.6.1. Pregão eletrônico.....	479
11. Licitação para registro de preços.....	480
12. Procedimentos licitatórios	481
12.1. Concorrência	481
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	498
12.3. Procedimento do Convite	498
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	498
12.5. Procedimento do pregão	499
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	501
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	508
13. Licitação internacional	508
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	509
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	510
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	512
16.1. Inexigibilidade de licitação	513
16.2. Dispensa de licitação.....	514
16.3. Procedimento para contratação direta	523
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	524
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”.....	525
 Vídeo.....	514
 Vídeo.....	528
18. Quadro Sinóptico	528
19. Súmulas	545
19.1. Súmulas do STF	545
19.2. Súmulas do STJ	545

20. Jurisprudências 2018/2019	545
20.1. Informativos do STJ	549
21. Questões de Concursos	549


Capítulo 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	557
1. Introdução	557
2. Conceito	559
3. Competência legislativa.....	559
4. Características dos contratos administrativos.....	560
4.1. Formalismo.....	562
5. Garantia.....	565
6. Cláusulas exorbitantes.....	566
6.1. Alteração unilateral do contrato	567
6.2. Rescisão unilateral do contrato	569
6.3. Fiscalização da execução do contrato	572
6.4. Ocupação temporária de bens.....	573
6.5. Aplicação de penalidades.....	573
6.5.1. Impedimento Indireto.....	575
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	577
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	578
8.1. Pagamentos feitos ao particular	579
 Vídeo.....	580
9. Teoria da imprevisão	580
10. Subcontratação nos contratos da administração.....	582
11. Duração	584
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	584
12. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	587
13. Recebimento do objeto contratual.....	590
14. Formas de extinção do contrato administrativo	591
15. Disposição penais da lei 8.666/93	593
16. Dos contratos administrativos em espécie.....	594
 Vídeo.....	595
17. Convênios.....	600
18. Consórcios Públicos	602
18.1. Fundos patrimoniais	602
19. Regime Diferenciado de Contratações.....	605
19.1. Objetivos	606
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	606
20. Licitações e contratos das empresas estatais.....	612
20.1. Dispensa e inexigibilidade	612
20.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	614
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	615

20.4. Procedimento da licitação	616
20.5. Pré-qualificação permanente	618
20.6. Cadastramento.....	618
20.7. Registro de preços	619
20.8. Prazos de implementação	619
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	620
20.9.1. Garantia	620
20.9.2. Duração	620
20.9.3. Alteração bilateral.....	621
20.10. Sanções	622
20.11. Subcontratação	623
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	623
20.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	625
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	626
21.1. Vedações para celebração de convênios.....	627
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	627
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	628
21.4. Prestação de contas.....	628
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	629
21.6. Denúncia e rescisão.....	630
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	630
22.1. Relicitação	631
23. Aprofundamento para prova subjetiva.....	633
24. Quadro Sinóptico	636
25. Súmulas	653
25.1. Súmulas do STF	653
25.2. Súmulas do TST	653
26. Jurisprudência 2018/2019.....	654
27. Questões de concursos	655

Capítulo 10

SERVIÇOS PÚBLICOS	663
1. Conceito	663
2. Princípios.....	665
2.1. Dever de prestação pelo Estado	666
2.2. Modicidade	666
2.3. Atualidade.....	667
2.4. Cortesia	667
2.5. Economicidade	667
2.6. Generalidade.....	667
2.7. Submissão a controle.....	667
2.8. Continuidade.....	668
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	668
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	672

2.8.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	674
2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	675
2.9. Isonomia.....	675
3. Formas de prestação do serviço público.....	676
4. Classificação.....	678
5. Delegação Contratual de Serviços	680
6. Concessão de Serviços Públicos.....	681
6.1. Poder concedente.....	682
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente.....	683
6.2. Concessionária.....	685
6.3. Usuários do serviço	687
6.4. Procedimento licitatório.....	688
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	689
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	690
6.6. Intervenção	691
6.7. Duração do contrato de concessão	692
6.8. Arbitragem.....	692
6.9. Subconcessão	693
6.10. Remuneração da concessionária	694
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	696
6.11. Extinção do contrato de concessão	696
7. Parceria Público-Privada – PPP	698
7.1. Espécies de Parcerias	699
 Vídeo.....	700
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	701
7.3. Características específicas das parcerias.....	703
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco	703
7.3.2. Financiamento do setor privado	703
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	703
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	704
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	706
7.3.6. Procedimento licitatório	707
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	709
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	710
8. Permissão de Serviço Público.....	712
9. Autorização de serviço público	714
10. Consórcios Públicos	715
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	721
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios públicos entre união e municípios.....	722
13. Quadro Sinóptico	723
14. Súmulas	746
14.1. Súmulas do STF	746
14.2. Súmulas do STJ	747



15. Jurisprudências 2018/2019	747
15.1. Informativos do STJ	748
15.2. Informativo STF	748
16. Questões de Concursos	749

Capítulo 11


ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	755
1. Setores da Economia	755
1.1. Entidades do terceiro setor	756
2. Serviço Social Autônomo	757
3. Entidades de Apoio	759
4. Organizações Sociais (OS)	762
4.1. Programa nacional de publicização (PNP)	767
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	768
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	771
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	772
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	773
6.3. Chamamento público	773
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	775
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	776
6.6. Formalização das parcerias	779
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros	782
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	782
6.9. Prestação de contas	783
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades	784
7. Quadro Sinóptico	785
8. Súmulas	794
8.1. Súmulas do STF	794
9. Jurisprudências 2018/2019	795
10. Questões de concursos	795


Capítulo 12

AGENTES PÚBLICOS	801
1. Conceito	801
2. Classificação de agentes	803
2.1. Agentes Políticos	803
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	805
2.3. Servidores estatais	806
2.3.1. Servidores temporários	807
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos	808
2.3.3. Servidores celetistas	816
2.3.4. Servidores estatutários	818
3. Cargo público, emprego público e função pública	819
3.1. Emprego público	820
3.2. Cargo Público	821


3.2.1. Classificação de cargos.....	822
3.3. Função Pública	824
4. Requisitos de ingresso no serviço público	826
4.1. Ampla acessibilidade	826
4.2. Concurso público	827
4.2.1. Exceções ao concurso público.....	829
4.2.2. Regras definidas pelo edital.....	833
4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	840
4.2.4. Direito subjetivo à nomeação	840
4.2.4.1. Cadastro de reserva.....	843
4.2.5. Cláusula de barreira.....	844
4.3. Nacionalidade brasileira	845
4.4. O gozo dos direitos políticos	845
4.5. A quitação com as obrigações militares e eleitorais	845
4.6. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	846
4.7. Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	846
4.7.1. Portadores de necessidades especiais.....	846
4.7.2. Limite de idade	847
4.7.3. Exame psicotécnico	849
4.8. Atividade jurídica.....	851
4.9. Vedação ao nepotismo.....	853
4.10. Vagas reservadas para negros e pardos.....	856
4.11. Terceirização de atividade pública	857
5. Estabilidade	858
5.1. Conceito e evolução constitucional	859
5.2. Empregos públicos.....	862
5.3. Dispensa do servidor estável.....	863
5.4. Estabilidade x Estágio probatório	866
5.5. Vitaliciedade	868
6. Direito de greve do servidor público.....	869
7. Provimento	872
7.1. Provimento Originário.....	872
7.2. Provimento Derivado	873
7.2.1. Provimento derivado vertical.....	874
7.2.2. Provimento derivado horizontal.....	875
7.2.3. Provimento derivado por reingresso.....	875
 Vídeo.....	876
8. Vacância.....	878
9. Acumulação de Cargos.....	880
 Vídeo.....	882
9.1. Acumulação de cargos na carreira militar	884
10. Deslocamento	884

10.1. Remoção.....	884
10.2. Redistribuição.....	886
11. Remuneração do Servidor Público.....	886
11.1. Irredutibilidade de Remuneração.....	888
11.2. Salário Mínimo.....	890
11.3. Pagamento em atraso.....	890
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações.....	891
11.5. Subsídios.....	892
11.6. Teto remuneratório.....	893
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	895
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	896
12. Vantagens.....	897
12.1. Indenização.....	897
12.2. Gratificações.....	900
12.3. Adicionais.....	903
13. Férias.....	904
14. Licenças.....	906
15. Afastamentos.....	908
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	908
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade.....	909
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior.....	909
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	910
16. Concessões.....	911
17. Regime Disciplinar.....	912
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	912
18. Infrações e Sanções administrativas.....	913
18.1. Demissão.....	914
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	916
18.3. Suspensão.....	917
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança.....	918
18.5. Advertência.....	918
18.6. Prescrição.....	919
18.7. Registro da Penalidade.....	920
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	921
19. Processo Administrativo Disciplinar.....	922
19.1. Sindicância.....	923
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD).....	924
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	924
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração.....	929
19.5. Revisão.....	929
20. Processo sumário.....	930
21. Aposentadoria do Servidor Público.....	930
21.1. Regimes de Previdência.....	931
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	933

21.2.1. Breve histórico constitucional.....	933
21.2.2. Características do RPPS	934
21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	935
21.2.4. Valor da contribuição	942
21.2.4.1. Contribuição de inativos	943
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	944
21.2.5. Teto do regime próprio.....	944
21.2.6. Paridade e Integralidade	946
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	947
 Vídeo.....	947
21.4. Acumulação de aposentadoria	947
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	948
22.1. Benefícios dos segurados	948
22.1.1. Salário-família	948
22.1.2. Auxílio-natalidade	949
22.1.3. Licença para tratamento de saúde.....	949
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade.....	949
22.1.5. Licença por acidente em serviço	950
22.1.6. Assistência à saúde.....	950
22.2. Benefícios dos dependentes.....	951
22.2.1. Pensão por morte	951
22.2.1.1. Beneficiários da pensão.....	952
22.2.1.2. Exclusão da Pensão.....	954
22.2.1.3. Acumulação de pensões.....	954
22.2.1.4. Pensão provisória.....	955
22.2.2. Auxílio-reclusão.....	956
22.2.3. Auxílio-funeral	956
22.2.4. Assistência à saúde.....	956
23. Quadro Sinóptico	956
24. Súmulas	996
24.1. Súmulas do STF	996
24.2. Súmulas do STJ	997
24.3. Súmulas do TST	998
25. Jurisprudências 2018/2019	998
25.1. Informativo do STJ.....	999
25.2. Informativos do STF.....	1000
26. Questões de Concursos	1001
 Capítulo 13	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1009
1. Considerações iniciais	1009
2. Conceito	1010
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1010


4. Dos agentes da improbidade administrativa	1011
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1015
5.1. Nova espécie de improbidade administrativa	1019
6. Procedimento da Ação Civil Pública por ato de improbidade	1020
7. Medidas cautelares	1022
 Vídeo	1023
8. Pedidos na ação de improbidade	1023
9. Da competência para julgamento da ação de improbidade	1025
10. Prescrição	1026
11. Aprofundamento para provas discursivas	1029
11.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa	1029
11.2. Possibilidade de delação premiada nas ações de improbidade	1031
12. Quadro Sinóptico	1033
13. Súmulas	1039
13.1. Súmulas do STJ	1039
14. Jurisprudências 2018/2019	1039
15. Questões de Concursos	1040

Capítulo 14

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1047
1. Direito de Propriedade	1047
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais	1048
3. Modalidades de intervenção	1050
4. Desapropriação	1050
4.1. Objeto da desapropriação	1051
4.2. Pressupostos da desapropriação	1052
4.2.1. Desapropriação Comum	1054
4.2.2. Desapropriação especial urbana	1057
4.2.3. Desapropriação Especial Rural	1059
4.2.4. Desapropriação Confisco	1060
4.3. Procedimento da Desapropriação	1063
4.3.1. Competência para desapropriar	1063
4.3.2. Fases do Procedimento	1065
4.3.2.1. Fase Declaratória	1065
4.3.2.2. Fase executória	1068
4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem	1069
4.4. Ação de desapropriação	1069
4.5. Correção monetária	1072
4.6. Juros compensatórios	1073
 Vídeo	1074
4.7. Juros moratórios	1074
4.8. Honorários advocatícios	1076
4.9. Ação de desapropriação rural	1076


4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1078
4.10.1. Desapropriação privada.....	1079
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1079
4.11. Situações específicas na desapropriação.....	1082
4.11.1. Direito de extensão.....	1082
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão.....	1083
4.12. Desapropriação por zona.....	1087
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1088
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1088
5.1. Limitação administrativa.....	1089
5.2. Servidão Administrativa.....	1092
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa.....	1093
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1095
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa.....	1096
5.3. Tombamento.....	1097
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1099
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1100
5.3.3. Indenização.....	1102
5.3.4. Procedimento.....	1103
5.3.5. Extinção.....	1104
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa.....	1105
5.4. Requisição administrativa.....	1106
5.4.1. Características e objeto da requisição.....	1106
5.5. Ocupação temporária.....	1107
6. Quadro Sinóptico.....	1108
7. Súmulas.....	1131
7.1. Súmulas do STF.....	1131
7.2. Súmulas do STJ.....	1131
8. Jurisprudências 2018/2019.....	1132
8.1. Informativos do STJ.....	1132
9. Questões de Concursos.....	1133

Capítulo 15

BENS PÚBLICOS	1141
1. Conceito.....	1141
2. Competência para legislar.....	1143
3. Classificação.....	1144
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1145
5. Garantias.....	1146
 Vídeo.....	1148
5.1. Alienação de bens públicos.....	1148
6. Utilização de bens públicos por particulares.....	1150
6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos.....	1152

7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1154
7.1. Aquisição contratual	1154
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1155
8. Bens em espécie	1156
9. Aprofundamento para provas discursivas.....	1160
10. Quadro Sinóptico	1161
11. Súmulas	1166
11.1. Súmulas do STF	1166
11.2. Súmulas do STJ	1166
12. Jurisprudências 2018/2019	1166
12.1. Informativos do STJ	1168
13. Questões de Concursos	1169

Capítulo 16

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1175
1. Introdução e conceito.....	1175
2. Finalidade do processo administrativo.....	1176
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1178
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1178
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1179
3.2. Devido Processo Legal.....	1179
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1180
3.4. Instrumentalidade das formas	1183
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1183
3.6. Verdade Real	1184
3.7. Gratuidade.....	1185
3.8. Princípio da Legalidade.....	1185
3.9. Princípio da motivação.....	1185
4. Processo Administrativo Federal.....	1186
4.1. Aplicação Subsidiária	1187
4.2. Princípios previstos na lei 9.784/99.....	1187
5. Direitos e deveres dos particulares	1188
5.1. Legitimidade processual	1189
6. Início do processo	1190
 Vídeo.....	1190
7. Competência administrativa.....	1191
7.1. Suspeição e impedimento.....	1192
8. Dos atos processuais.....	1192
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1192
8.2. Comunicação dos atos processuais	1193
9. Fases do processo administrativo	1194
9.1. Instauração	1194
9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1195

9.3. Decisão	1197
10. Motivação dos atos processuais	1197
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1198
11. Extinção do processo.....	1198
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1199
13. Recursos administrativos	1199
13.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1201
13.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1201
13.3. Da revisão.....	1202
14. Contagem de prazos.....	1202
15. Processo Administrativo Disciplinar.....	1202
15.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1203
15.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1203
15.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1205
15.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1206
16. Impugnações administrativas do julgamento.....	1212
16.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1212
16.2. Revisão	1213
17. Processo sumário.....	1213
18. Quadro sinóptico.....	1215
19. Súmulas	1227
19.1. Súmulas do STF	1227
19.2. Súmulas do STJ	1227
20. Jurisprudências 2018/2019	1228
20.1. Informativos do STJ	1229
21. Questões de Concursos	1229

Capítulo 17

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1235
1. Introdução	1235
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1236
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1237
3.1. Valorização do trabalho humano.....	1237
3.2. Liberdade de iniciativa	1238
4. Princípios da ordem econômica.....	1238
5. Formas de atuação do estado	1239
6. Estado regulador	1239
6.1. Competências para intervenção.....	1240
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1241
6.2.1. Hipóteses de abuso.....	1242
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1243
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1243
6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1244
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1244

6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica	1245
6.3.3. Acordo de leniência	1247
6.3.4. Controle de concentrações.....	1248
6.4. Controle do abastecimento	1249
7. Estado executor.....	1250
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1250
7.1.1. Regime das empresas estatais	1251
7.2. Monopólio estatal	1252
7.2.1. Atividades monopolizadas	1252
8. Quadro sinóptico	1253
9. Jurisprudências 2018/2019	1256
9.1. Informativos do STF.....	1256
9.2. Informativos do STJ	1257
10. Questões de concursos	1257
BIBLIOGRAFIA	1263